

As Universidades Chinesas e as Relações Internacionais

Chinese Universities and International Relations

Marcos Costa Lima¹ 
Tatiane Sousa de Albuquerque² 
Victor Barbosa³ 
Danillo Rafael Batista do Nascimento⁴ 

10.22478/ufpb.2525-5584.2020v5n3.55362

Recebido em: 21/09/2020
Aprovado em: 01/12/2020

Resumo: O artigo tem como objetivo explorar, no primeiro momento, o campo das Relações Internacionais (RI) na China e seu surgimento como disciplina, além de uma possível formulação teórica própria, analisando ao final como esta se relaciona com a política externa do Partido Comunista Chinês (PCC). Por meio de uma revisão bibliográfica, o artigo explora a relação entre as universidades, as Relações Internacionais e a política externa chinesa.

Palavras-chave: Universidade Chinesa; Relações Internacionais na China; Política Externa Chinesa.

Abstract: The article aims to explore, at first, the field of International Relations (IR) in China and its emergence as a discipline, in addition to a possible theoretical formulation of its own, analyzing in the end how it relates to the foreign policy of the Chinese Communist Party (PCC). Through a literature review, the article explores the relationship between universities, International Relations and Chinese foreign policy.

Keywords: Chinese University; International Relations in China; Chinese Foreign Policy.

¹ Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: marcosfcostalima@gmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: victortavares.b@gmail.com

³ Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: tatalb95@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: danillo.villa@yahoo.com.br

1. Introdução

Após a revolução, com o estabelecimento da República Popular da China, era fulcral que o país conseguisse reconhecimento internacional. Para tanto, a China optou pela via de criação de organizações para o estudo do sistema internacional e pelo preparo e qualificação dos seus diplomatas para executar sua função de representar os interesses do Estado chinês (Yang, 2004).

Em um primeiro momento, os estudos de Relações Internacionais no país focavam em lentes ideologizadas, na promoção do socialismo em detrimento do capitalismo, bem como no estudo da história do movimento comunista internacional e das mobilizações revolucionárias da época. Com as reformas e reabertura introduzidas por Deng no final dos anos 1980, o estudo das RI no país tomou rumos mais pragmáticos, uma vez que o âmbito internacional já era outro (Wang, 2009). Com a dissolução da União Soviética e da polarização entre capitalistas e socialistas, a China se preparava para entrar com mais afinco na comunidade internacional. A entrada do país na Organização Mundial do Comércio é um exemplo de resultado desses esforços (Lynch, 2002).

O cenário acadêmico de RI também acompanhou tal mudança. Frente a introdução, debate e análise crítica de obras ocidentais, os pesquisadores chineses perceberam que tinham muito a contribuir para o campo de estudos das Relações Internacionais (RI) a partir das perspectivas filosóficas chinesas (Acharya, 2019). Nesse sentido, há discussões sobre a necessidade de uma escola de pensamento e abordagem chinesas para as Relações Internacionais, mas ainda existem dificuldades consideráveis para a sua materialização, principalmente por não alguns acadêmicos contestarem o fato de que as possíveis abordagens teóricas chinesas não terem caráter universal (Acharya, 2008).

De modo geral, o presente artigo está dividido em quatro partes: num primeiro momento, são abordadas as questões históricas do desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais no país; na sequência, trata-se da Teoria das RI com características chinesas; em terceiro lugar são destacados alguns dos principais autores chineses da área e os institutos de pesquisa; posteriormente é analisado o papel dos acadêmicos na construção da política externa chinesa e, por último, são apresentadas as considerações finais.

2. Questões Históricas

À época da fundação da República Popular da China, a configuração do sistema internacional colocava o país em uma situação de desvantagem. Frente a Guerra Fria e os seus desdobramentos político-econômicos, em especial, as sanções impostas pelas nações capitalistas, encabeçadas pelos Estados Unidos da América, a integridade da China era ameaçada por um cenário internacional adverso. Tal conjuntura tornava imprescindível o estudo das Relações Internacionais (RI). Ciente dessa necessidade, o então premier Zhou Enlai solicitou o estabelecimento da disciplina de RI, na reunião inaugural do Ministério das Relações Exteriores, em 1949 (Geeraerts & Jing, 2001).

No pós-revolução, o novo sistema político trouxe mudanças estruturais nos mais diversos âmbitos da sociedade chinesa. Do campo às cidades, a vida dos chineses foi transformada. E para as ciências não foi diferente. As ciências sociais, mais amplamente, e as Relações Internacionais, em um aspecto mais específico, sentiram os efeitos das políticas maoístas para a educação superior, da necessidade de conhecimento para o Partido Comunista Chinês (PCCh), da ideologia marxista-leninista, além da influência da União Soviética (SHAMBAUGH, 2011). Com o surgimento do “novo” Estado chinês sentiu-se, então, a necessidade de compreender as dinâmicas das relações internacionais para guiar os laços diplomáticos dali por diante (Leite & Maximo, 2013). No entanto, limitações de cunho externo e interno podaram o desenvolvimento dos estudos na área (Geeraerts & Jing, 2001).

No ano de 1952, grande parte dos departamentos de Ciência Política e Relações Internacionais foi fechada devido a reorganização da educação superior na China orquestrada pelos soviéticos, o que não implicou necessariamente em um encerramento dos estudos nessa área; por exemplo, em 1955, foi fundada a Faculdade de Diplomacia e, por volta do fim da década de 1950, o Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Investigação do PCCh estabeleceram seus próprios institutos voltados ao estudo na área de Relações Internacionais: o Instituto de Estudos Internacionais e o Instituto de Relações Exteriores, respectivamente (Shambaugh, 2011).

No início dos anos 1960, com a intensificação dos conflitos sino-soviéticos⁵, Mao apoiou a proposta de Zhou Enlai de criar uma rede de instituições para formar diplomatas

⁵ Em 1950, quando o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética foi assinado, deu-se início a uma parceria que marcou a história mundial. No entanto, a despeito do seu sucesso inicial, essa relação começou a entrar em um processo de desestabilização a partir do final dos anos 1950. Não é um consenso dentro dos estudiosos da área, mas muito autores apontam que o início da ruptura sino-soviética

e pesquisadores. Assim, em 1963, Universidades Fudan, Renmin e de Peking foram instruídas a estabelecer departamentos de política internacional (Xinning, 1997). Coube aos departamentos das Universidades Fudan, Renmin e de Peking a determinação de focarem cada um em áreas distintas. O departamento de política internacional da Universidade de Peking ficou incumbido de se concentrar no estudo de movimentos de libertação nacional; o estudo dos movimentos comunistas em todo mundo ficou sob responsabilidade do departamento da Universidade Renmin; ao departamento da Universidade Fudan coube o estudo das relações internacionais no mundo ocidental (Leite & Maximo, 2013).

Vale ressaltar ainda que esta diferenciação perdura até os dias atuais, tendo os departamentos destas universidades seguindo linhas de estudo distintas, mas complementares. Atualmente, a Universidade de Peking se concentra em estudos asiáticos e latino-americanos, já a Universidade Renmin em estudos relacionados à antiga União Soviética e aos países da Europa oriental; e a Universidade Fudan, por sua vez, nos Estados da Europa ocidental e da América do Norte (Wang, 2009).

Conjuntamente com a criação dos departamentos voltados ao estudo das Relações Internacionais em Fudan, Peking e Renmin, também foram desenvolvidos, em 1963, dez institutos ligados à área. No entanto, eles não estavam associados às universidades, mas a órgãos governamentais, como o Ministério das Relações Exteriores. Esses institutos

data de 1956. Em fevereiro desse ano, Nikita Khrushchov criticou as ações de Stalin. O discurso do líder soviético acabou ofendendo os chineses, não por causa de seu conteúdo, mas por não terem sido consultados previamente. Ainda em 1956, Moscou informou a Pequim que pretendia realizar uma intervenção militar na Polônia. Por sua vez, os chineses foram contrários a tal medida e declararam que essa intervenção seria um ataque à soberania polonesa. Pequim também discordou da intenção soviética de retirar suas tropas da Hungria, que na interpretação chinesa seria uma traição ao povo húngaro. Nos dois casos Moscou mudou o curso de suas ações, no entanto, esses acontecimentos deixaram claro o contraste estratégico dos dois atores. Mesmo com essas tensões, as relações sino-soviéticas continuaram a se desenvolver entre 1956 e 1957, principalmente, no campo militar e econômico. Em 1957, o líder soviético Khrushchov menos belicosa com o Ocidente. O líder chinês Mao, por sua vez, declarou em um evento naquele ano que a China, a União soviética e os movimentos socialistas representavam um poder contra os Estados Unidos e os seus aliados. Enquanto os soviéticos enxergavam a posição chinesa de verdadeira colérica, os chineses também não viam com bons olhos a busca soviética por um abrandamento das relações com o Ocidente. Em 1958, os soviéticos apresentaram várias propostas de cooperação e integração militar entre os dois atores. A China repudiou as propostas, acusando os soviéticos de tentar dominar o país militarmente. A relação sino-soviética foi progressivamente se tornando mais tensa. Em 1960, após um desentendimento com Mao, Moscou retirou mais de 1.300 especialistas técnicos do território chinês e reduziu o apoio ao país. Em 1962, no momento de uma disputa militar sino-indiana, os soviéticos enviaram apoio militar para os indianos. Em 1963, a China não assinou o Tratado de Interdição Parcial de Testes nucleares, encabeçados pela União Soviética, Estados Unidos e Grã-Bretanha. No decorrer dos anos, a China começou a apostar ainda mais na multipolaridade, posicionando-se enquanto um desafiante dos Estados Unidos e União Soviética (Westad, 1998; Jian & Kuisong, 1998, Roman & Dresch, 2017)

acabaram sendo responsáveis pela produção de textos e periódicos, bem como a tradução de obras de autores não-chineses (Leite & Maximo, 2013).

Apesar desses esforços na área, não houve uma inclinação para a produção teórica mais aprofundada à época. Como indicam Leite e Maximo (2013), neste período, no campo das RI, a teorização chinesa estava voltada para a formulação de diretrizes para a ação prática, anúncios políticos de regras e princípios a serem seguidos e para a formulação de estratégias para lidar com atores externos (Leite & Maximo, 2013).

Nos primeiros anos do pós-formação da República Popular da China, o campo das RI caminhou no país, mas a passos lentos. Gustaaf Geeraerts e Men Jing (2001) destacam que nas duas décadas que sucederam a revolução chinesa (1950 e 1960), as características centrais do estudo das RI no país eram: uma predominância do marxismo e leninismo, tendo essas duas correntes servido como um guia para as pesquisas; que por sua vez, em RI serviam às necessidades do Estado chinês, principalmente, no que tange às questões diplomáticas; os estudos voltados a segurança nacional também se sobressaíam (Geeraerts & Jing, 2001).

A ruptura sino-soviética nos anos 1960 foi um momento marcante na história do estudo das RI na China. O fim dos laços políticos entre o Estado chinês e a União Soviética levou a China a se desprender da influência ideológica e conceitual soviética. Com o distanciamento, a comunidade intelectual chinesa foi convocada a intensificar a pesquisa nas áreas internacionais (Leite; Maximo, 2013). No entanto, mesmo com o afastamento dos dois atores, a forma como os soviéticos abordavam as RI continuou muito presente no estudo chinês na área. Por exemplo, ao adentrar o campo das teorias da RI, os acadêmicos chineses acabavam se limitando a obras russas e/ou clássicos do marxismo-leninismo (Wang, 2009).

Nos anos 1980, com o fim da Revolução Cultural e com Deng Xiaoping no poder com as suas políticas de reforma e reabertura, essa situação começou a tomar rumos mais prósperos (Shambaugh, 2011). Nesse período, percebe-se uma preocupação que ia além apenas dos aspectos econômicos. A modernização chinesa estava atrelada ao desenvolvimento científico, inclusive com o avanço dos estudos das Relações Internacionais (Leite & Maximo, 2013).

Esse momento de reabertura implicou no encontro de pensadores chineses com autores e obras oriundas da tradição intelectual ocidental, bem como em uma realocação dos eixos temáticos das discussões intelectuais no país, outrora guiados pelo pensamento

maoísta sobre guerra e revolução constante. A abordagem de Deng, mais positiva quanto a ordem internacional, se tornou central (Leite & Maximo, 2013). Enquanto que nos anos 1950 e 1960 as pesquisas em RI estavam limitadas ao imperialismo, movimentos de libertação nacional, solidariedade internacional e aos princípios de coexistência pacífica, a partir dos anos 1970, os pesquisadores chineses se inclinaram para o estudo da teoria da interdependência, cooperação internacional, estratégia diplomática e elementos culturais nas relações internacionais (Geeraerts & Jing, 2001).

Os cursos de ideologia e teoria política passaram por um processo de reforma, em 1985. O PCCh requisitou que as faculdades e universidades deveriam oferecer novos cursos de política mundial, economia e Relações Internacionais. Em resposta a instrução, praticamente todas as instituições de ensino superior no país começaram a oferecer um novo curso chamado “Políticas mundiais, economia e Relações Internacionais contemporâneas” (Geeraerts & Jing, 2001). Além do curso, também houve um esforço de produzir materiais didáticos que englobassem tais temáticas, mas que acabaram não suprimindo as expectativas, seja por questões quantitativas, seja pela qualidade do material. Tendo isso em vista, o Comitê Central do PCCh lançou o documento intitulado “A Decisão para Melhorar e Fortalecer a Educação de Ideologia e Política nas Faculdades e Universidades”, em 1987. Em linhas gerais, o documento reforçava o posicionamento que, devido a conjuntura da época, era de suma importância o entendimento sistemático das economias e políticas internacionais (Geeraerts & Jing, 2001, p. 255).

A partir de 1979, há um empenho em traduzir as obras de Relações Internacionais em línguas estrangeiras ocidentais para o mandarim, obras essas predominantemente ligadas ao pensamento teórico realista. Vale ressaltar que as obras traduzidas, por sua vez, tinham um forte vínculo com a tradição acadêmica estadunidense em RI. Com o passar dos anos, obras de outras correntes teóricas, como o liberalismo e o construtivismo, marcantes dentro da academia dos EUA, começaram a ser traduzidas (Leite & Maximo, 2013). No entanto, essa entrada de estudos acadêmicos estrangeiros se deu de forma não-sistemática, o que levou a um entendimento incompleto das teorias (Chan, 1998). Vale ressaltar que isso não quer dizer que os chineses não entendiam as teorias ocidentais, mas sim que a indisponibilidade dessas obras dificultava o seu estudo. A tradução dos trabalhos ocidentais não acontecia no mesmo ritmo que a sua análise crítica, o que levou, como afirmam Geeraerts e Jing (2001, p. 257), a uma compreensão *ad hoc* dos conceitos presentes nas obras ocidentais bem como de suas limitações teóricas, gerando discussões

entre os acadêmicos chineses. Nos anos 1980, muitos estudantes chineses foram estudar no exterior, sendo os Estados Unidos um dos principais destinos. Os que estudavam teoria e história das Relações Internacionais começaram a introduzir estudos ocidentais através da tradução de livros e estudos para o mandarim. O processo de introdução a obras ocidentais ocorreu de forma paulatina (Chan, 1998).

Nesse sentido, os anos 1990 se apresentam como um marco para o estudo das Relações Internacionais na China, uma vez que com o ambiente internacional em sua constante mudança era crucial o entendimento adequado das Teorias de Relações Internacionais ocidentais; apenas a tradução dos trabalhos estrangeiros não era suficiente, se faziam necessárias análises e críticas mais completas (Geeraerts & Jing, 2001). Após o incidente na Praça Tiananmen e da dissolução do bloco soviético, as teorias ocidentais passaram por um período de questionamento, mas os estudiosos chineses logo ampliaram seus interesses, passando das relações internacionais para a globalização e, gradualmente, mudando do aprendizado com o Ocidente para um pensamento mais independente. Então, frente a essas circunstâncias, os intelectuais chineses não se limitaram a reproduzir o pensamento e as teorias ocidentais, e buscaram construir um pensamento autônomo, moldado de acordo com suas idiossincrasias (Wang, 2009).

3. Teoria das Relações Internacionais com Características Chinesas

A China se tornou um *player* de suma importância dentro do tabuleiro internacional. Em sintonia com o avanço de sua relevância econômica, os debates sobre política internacional envolvendo a China tem crescido consideravelmente. Mas como os acadêmicos de RI chineses atuam? Costumam utilizar conceitos e teorias com traços culturais chineses? Quais pesquisadores chineses ganharam destaque internacional na área de RI, e quais teorias estes costumam movimentar?

Todas essas questões são extremamente relevantes no sentido de abrir espaço para uma investigação a respeito da disseminação das teorias chinesas das RI e do seu uso pelos acadêmicos em geral, bem como o seu reconhecimento no meio acadêmico. Assim, o que se pretende debater nesta seção é justamente a formulação do pensamento próprio chinês nas RI e seus pesquisadores de destaque.

3.1. Uma possível identidade teórica chinesa

A fim de responder às questões levantadas acima, deve-se ir além das teorias já consolidadas no Ocidente, tais como o realismo, liberalismo, construtivismo. Com isso, é preciso diminuir a distância entre as contribuições asiáticas e ocidentais a fim de enxergar novas perspectivas, buscando compreender as diferenças filosóficas por trás ao passo que enriquece o debate das RI, ressaltando a importância de se olhar para além dos países economicamente desenvolvidos.

As Relações Internacionais como amplo campo de estudo das Ciências Sociais apresenta diferentes escolas de pensamento com origem em diversos países. Ao olhar para os estudos asiáticos, alguns países, como China, Japão e Índia, são levados em consideração por estarem cada vez mais engajados em debates e, por meio destes, surge o questionamento a respeito de uma possível “escola de pensamento” própria. E neste sentido, a China é a candidata que mais se destaca para tal, em termos de projeção, visto suas dimensões geográficas e tradição milenar original (Qin, 2011).

No entanto, falar sobre a construção de uma teoria propriamente é falar de uma unidade de pensamento muitas vezes problemática e cheia de generalizações. Nesse caso, pensar em uma Escola Chinesa unificada torna-se improvável visto a diversidade de pensamentos dentro do próprio país, dificultando a influência direta destas na comunidade acadêmica (Jiangli & Buzan, 2016). Assim, pode-se dizer que não se trata de uma incapacidade da China em termos de contribuição, ao contrário, o país tem muito o que acrescentar às teorias já existentes.

Quanto às Teorias das Relações Internacionais (TRI), as abordagens chinesas são referenciadas com menor frequência. Tal condição se dá devido à uma tradição em considerar a produção ocidental eurocêntrica e estadunidense como clássica, já consolidada. Com isso, explorar um pouco mais sobre as dinâmicas da área de estudo asiáticos como um todo é fundamental, a fim de não só desmistificá-lo, mas também agregar valores e ampliar nossa compreensão sobre as RI.

Primeiramente, toda teoria passa por um processo, um conjunto de produtos e desafios até a sua formulação final. Na tentativa de formular a sua própria, a China encontrou diversas barreiras ao longo das fases devido à dificuldade em sua própria inserção na discussão global das RI. Mas, ainda assim, conseguiu avanços consideráveis, levantando uma pluralidade de abordagens e contribuições, como a abordagem *Tsinghua* e a abordagem *tianxia* (Lima, 2018), e a Teoria relacional da política mundial, dentre outras que buscam se inserir na academia como legado chinês para as RI (Demir, 2017).

Sobre as abordagens, uma das mais conhecidas é a *tianxia*. De acordo com Qin (2007), a visão de mundo *tianxia* e o sistema tributário apresentam um papel fundamental na formulação conceitual das RI chinesa. O confucionismo carrega uma compreensão importante sobre o universo ou a cosmovisão *tianxia*, no qual o sistema tributário foi racionalizado e explicado. Literalmente, *tianxia* significa "espaço debaixo do céu". Esta teoria filosófica impactou a comunidade acadêmica das RI chinesa, levantando interesse dos teóricos no geral. Assim, surge uma provável motivação teórica que repensa a China e o sistema da política internacional, portando mais bagagem cultural chinesa que as demais abordagens existentes até então.

Segundo um dos maiores contribuintes de tal abordagem, Zhao Tingyang (2005), o mundo de hoje ainda é considerado um “não-mundo”, e o problema central que se enfrenta não são os “Estados falidos”, mas sim o mundo inteiro falido. Ele, então, tece críticas as teorias ocidentais por estas estarem contribuindo para um mundo desordenado, com sua ênfase no Estado-nação, e acredita que seria possível um ajuste desse sistema por meio de mudanças fundamentadas no pensamento chinês antigo, conforme a abordagem de *tianxia*, que oferece um modelo alternativo de uma ordem mundial futura que leva em consideração os interesses de todo o mundo, quaisquer que sejam seus elementos constituintes.

Assim, dentro desta filosofia chinesa, a questão do ego, do "eu", não era visível a todos e, portanto, não existia dicotomia entre o *eu* e o *outro*. Como resultado, na cultura chinesa, poderia haver algo distante no tempo e no espaço, mas nunca houve algo que era oposto, intolerante. A segunda ideia é o mais alto ideal da filosofia *tianxia*: *datong* (grande harmonia). Numa visão holística, essa comunhão é inevitável, visto que os elementos *a priori* opostos tendem sempre a se complementar mutuamente (Qin, 2007). Então alguns elementos são destacados como a escolha comum no âmbito global, a ênfase no coletivo, a presença de uma instituição mundial capaz de organizar e garantir uma ordem universal, sendo esta a maior, ao invés de se limitar ao Estado-nação, além de cooperação constante, sem interesse hegemônico, visando a harmonia geral.

3.2. Críticas e dificuldades para uma formulação teórica chinesa

Dentre as maiores dificuldades da formulação de uma possível Escola de RI Chinesa está a quantidade ínfima de produções com teorias próprias, uma vez que a maior parte dos acadêmicos chineses acabam por reproduzir em seus próprios trabalhos os

conceitos clássicos ocidentais, visto que essas são as fontes mais presentes nas universidades. Um exemplo é o acadêmico Tang Shiping, onde grande parte de suas obras são baseadas em textos ocidentais que pouco discutem a China no geral. Dessa forma ele acabou ganhando destaque, mas não por discutir com abordagens novas com características asiáticas, mas com as clássicas (Pan & Kavalski, 2018).

Para além disso, outros fatores são pontuados como dificuldades para uma formulação teórica chinesa: a falta de uma consciência de "internacionalidade", para além do domínio do discurso ocidental de TRI; e a ausência de um núcleo teórico firme, por exemplo (Do, 2016). O primeiro fator vem de uma cultura de que o mundo ou até mesmo o Estado não era uma entidade claramente definida, além disso, não se tinha claro a ideia da soberania. A China desempenhou um papel enorme na manutenção da paz e do comércio, fornecimento de bens públicos, mas no geral, o sistema não tinha espaço para internacionalidade, e por isso o chinês não tinha consciência da internacionalidade e, conseqüentemente, da integração. Isso está incluso também no caráter utópico da abordagem *tianxia*, que mesmo dentro do território chinês nunca foi praticado plenamente, uma vez que os interesses individuais acabam se sobrepondo ao interesse comum de modo geral (Zhang, 2010).

Foi durante o Movimento de 4 de maio a maior autorreflexão dos chineses, visto que começaram a questionar não só a tecnologia chinesa e os sistemas políticos e econômicos chineses, mas também a cultura chinesa como o confucionismo. Ainda que o confucionismo tenha ganhado uma nova versão, modernizando-se e se tornando a escola de aprendizagem chinesa, a escola de aprendizagem ocidental, que fazia oposição ao confucionismo, acabou se tornando o discurso dominante, devido a maior propagação das ideias iluministas e newtonianas (Qin, 2007).

Outra questão que dificulta a formulação teórica é que normalmente é preciso seguir toda uma estrutura rígida por meio de um programa de pesquisa que começa com um modelo inicial e vai crescendo gradualmente. Além disso, é importante encontrar regularidades e relações causais, buscando compreender os significados no contexto social. Callahan (2001) argumenta que qualquer teoria com uma identidade nacional deve ter uma grande ideia: a teoria estadunidense de RI é a paz democrática; para a Escola Inglesa é a sociedade internacional; e para a teoria as RI chinesa, o *Datong* (grande harmonia universal). Como consequência desses fatores, o estudo das RI começou a empregar o discurso ocidental dentro do contexto chinês (Qin, 2007).

Em resumo, essas são as principais diferenças culturais entre a filosofia chinesa e a base da cultura ocidental. A filosofia tradicional chinesa se concentrou mais em relações humanas, portanto, salientando a parte emocional do comportamento humano e a preocupação de relações interpessoais adequadas; a filosofia ocidental se concentrou mais em ganhos materiais, portanto, salientando a parte racional do comportamento humano e lutando por ganhos relativos de relações entre o ser humano, a natureza e entre os seres humanos. Algumas mudanças foram se consolidando, e a China passou a aderir alguns conceitos ocidentais como meio de ter um Estado-nação forte e próspero. Dentre essas ideias, a soberania foi a mais importante em termos de relações com os demais países (Qin, 2007). Portanto, embora os conceitos ocidentais tenham penetrado profundamente no discurso doméstico chinês, o contrário não é verdade. No geral, os estudiosos chineses têm pouco espaço ou impacto na comunidade internacional de estudos de RI (Hellmann, 2011).

Segundo Wang (2002), a área de Relações Internacionais na China encontra dificuldades em prosperar e se fazer reconhecido no âmbito internacional por se tratar de uma área de abordagem recente, além das dificuldades específicas como o próprio controle político, a ausência de acadêmicos bem qualificados, e ausência de incentivos financeiros. No entanto, apesar das facilidades do acesso à internet e de todas as várias fontes de informação disponíveis sobre assuntos internacionais, esses estudantes também frequentemente demonstram uma interpretação bastante doutrinária e inspirada pelo governo em muitos assuntos (principalmente os relacionados à China).

Quando a ascensão da China é entendida “literalmente” e tratada apenas como um caso de teste teórico. Sua teorização tende a ser prejudicada por uma dupla tendência em RI: (i) pensar em paradigmas e (ii) retornar a conceitos familiares. Ao fazê-lo, reforça, em vez de perturbar, uma percepção popular de que os países do Sul global são exemplos particulares de alguns fenômenos universais já observados e teorizados em outros lugares (Pankavalski, 2018). Como já foi observado, quando a China entra no debate teórico, geralmente é uma questão de aplicar as principais teorias e práticas ocidentais de RI à China, em vez de extrair novas ideias teóricas, nesse ponto Acharya (2014) destaca que:

No doubt, this theorizing will have implications for specific IR theories. Yet its main purpose is not about validating or testing a particular theory, or a particular national school of IR theory for that matter. Rather, it is about reflecting on more meta-theoretical issues such as knowledge-production, power, identity, ontology, relationality, and spirituality. In this sense, it shares some of Global IR’s attempts to

‘develop concepts and approaches from non-Western contexts on their own terms and to apply them not only locally, but also to other contexts, including the larger global canvas’ (Acharya, 2014, p. 650 apud Pankavalski, 2018, p.12)⁶

Segundo Do (2016), acadêmicos das RI perceberam que, caso a China não fosse a potência que é, o discurso sobre a existência ou não de uma Escola chinesa de RI não chamaria tanta atenção. Com isso, pode-se dizer que existem algumas relações causais inerentes entre poder material e produção de conhecimento, como se vê no domínio das RI estadunidense nos estudos em âmbito global. Além das conexões entre poder e conhecimento, a questão de como a ascensão geopolítica da China realmente molda os debates e as práticas acadêmicas não são analisadas da melhor forma (Do, 2016, p.17).

Por fim, qual o papel dos acadêmicos no enfrentamento dessas dificuldades? O campo de estudo das RI e as universidades como um todo estão fortemente relacionadas ao governo desde o seu surgimento, conforme explanado na primeira seção. Desta forma, muitos profissionais são levados a trabalhar em diferentes setores governamentais, representando o país em assuntos internacionais. Na perspectiva de Shambaugh, (2011), o tempo gasto nessas atividades equivale a tempo não gasto em pesquisa e outras produções acadêmicas, justificando a dificuldade em se formular uma Escola de RI chinesa. Ainda de acordo com o autor, a quantidade de produção acadêmica chinesa não é um problema, visto que apresentam uma grande quantidade de publicações. A problemática no caso é a qualidade que essas pesquisas apresentam, revelando a necessidade de maior sofisticação em suas produções.

4. Pensadores Chineses em Perspectiva

Convém destacar a participação dos acadêmicos chineses nas RI que trabalham de alguma forma com a China, e que discutem em suas produções acadêmicas sobre a existência de contribuições chinesas para a área, seja com teoria ou Escola Chinesa. No livro *Constructing a Chinese School of International Relations* (2016), Wang Jiangli e Barry Buzan realizam uma comparação entre a Escola Inglesa com uma possível Escola

⁶ “Sem dúvidas, essa teorização terá implicações para teorias específicas de RI. Ainda assim, seu propósito principal não é validar ou testar uma teoria particular ou uma escola nacional de teoria de RI específica. Em vez disso, trata-se de refletir sobre questões mais meta-teóricas, como produção de conhecimento, poder, identidade, ontologia, relação e espiritualidade. Nesse sentido. Ela compartilha algumas das tentativas das Relações Internacionais globais de “desenvolver conceitos e abordagens em contextos não ocidentais em seus próprios termos e aplica-los tanto localmente, quanto em outros contextos, incluindo o cenário global” (Tradução livre para o português).

Chinesa, ressaltando alguns autores como os principais contribuintes da discussão sobre RI na China. Alguns desses são apresentados na tabela 1 a fim de melhor visualizar suas obras e área de atuação.

Tabela 01: Acadêmicos chineses de destaque

Pesquisador	Publicação de destaque/ano	Lugar de atuação	Área de pesquisa
Yan Xuotong	<i>Ancient Chinese thought, modern Chinese power</i> , (vol. 5) / 2013 <i>The rise of China and Chinese international relations scholarship</i> / 2013	Universidade de Tsinghua	Relações Exteriores da China, Desafios de Segurança Internacional
Hung Jen Wang	<i>The rise of China and Chinese international relations scholarship</i> / 2013	Universidade Nacional de Taiwan	Econometria Aplicada, Economia Monetária
Liang Shoude	<i>Constructing an International Relations Theory with “Chinese Characteristics”</i> / 1997	Universidade de Pequim	Política Internacional, Política China
Yongjin Zhang	<i>System, Empire and State in Chinese International Relations</i> / 2001	Universidade de Bristol	TRI e história chinesa, política, transformação econômica
Qin Yaging	<i>Why is there no Chinese international relations theory?</i> / 2007	Universidade de Relações Exteriores da China	Direitos humanos, política externa e relações internacionais

Fonte: Wang, Buzan (2014).

No entanto, essa discussão não se resume apenas às universidades chinesas, certos institutos, conhecidos como *think tanks*, também exercem um papel importante no funcionamento e incentivo do desenvolvimento das Relações Internacionais na China. Como apresentado anteriormente, o crescente envolvimento de Pequim na comunidade internacional gerou uma demanda crescente por pesquisas e análises aprofundadas sobre política externa para auxiliar os líderes chineses nos processos de tomada de decisão. Um dos meios encontrados para suprir essa necessidade foi o sistema de institutos de pesquisa em política externa chinês (Glaser, 2013).

A Associação Nacional de História das Relações Internacionais, primeira associação nacional acadêmica chinesa voltada especificamente para às RI foi criada na década de 1980. Em 1999, mudou de nome para Associação Nacional de Estudos

Internacionais da China (CNAIS – sigla referente ao nome em língua inglesa “*China National Association for International Studies*”). A associação foi reformulada para poder englobar mais temáticas pertinentes às RI. Atualmente, a CNAIS abarca quase todas as grandes instituições de pesquisa em RI, com cerca de 68 institutos vinculados (Leite & Máximo, 2013).

Outros importantes e influentes institutos voltados a política externa são, por exemplo, a Academia Chinesa de Ciências Sociais (*Chinese Academy of Social Sciences* – CASS), o Instituto de Estudos Internacionais da China (*China Institute of International Studies* – CISS), o Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China (*China Institute of Contemporary International Relations* – CICIR), Instituto de Estudos Internacionais de Xangai (*Shanghai Institute for International Studies* – SIIS), e o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais da China (*China Institute for International Strategic Studies* – CIISS) (Zhao, 2013, p. 128).

No entanto, é importante ressaltar que as organizações de pesquisa com mais poder de influência quanto aos assuntos de política externa do Estado chinês são aquelas que estão diretamente ligadas ao governo, às forças armadas e ao PCCh, uma vez que dispõem de canais para fornecer informações diretamente aos tomadores de decisão (Glaser, 2013). Ainda assim, os acadêmicos das Universidades e dos institutos também desempenham um papel de saliência.

5. O Papel dos Acadêmicos na Construção da Política Externa Chinesa

É crescente a participação de professores universitários em discussões políticas que reúnem especialistas de diferentes unidades de pesquisa. (Glaser & Saunders, 2002). Tanto no âmbito da política externa quanto no da segurança nacional, os tomadores de decisão procuram e recebem, mesmo que às vezes de forma não solicitada, informações, conselhos e sugestões das organizações de pesquisa (Glaser, 2013).

Apesar de não serem tão expressivas, as organizações de pesquisa disponibilizam informações, análises e aconselham os tomadores de decisão, agregando na formulação da política externa. Além disso, os pesquisadores também são convidados a ministrar palestras para unidades de trabalho do governo e até de fábricas por toda a China, por exemplo. Os tópicos das palestras incluem análises de conjuntura do sistema internacional, relações sino-estadunidenses, Taiwan, segurança, dentre outros (Glaser & Saunders, 2002).

Uma das funções desempenhadas pelos institutos e os acadêmicos (de forma individual) é informar às lideranças quais questões podem se tornar desafios no âmbito internacional, bem como fornecer novas ideias para auxiliar os tomadores de decisão de formulação de políticas mais efetivas (Glaser, 2013). Como exemplo, os acadêmicos foram cruciais para que o governo chinês adotasse uma postura pró-multilateralismo no final dos anos 1990. Acadêmicos dos institutos e que trabalhavam diretamente para o governo chinês colaboraram com oficiais do Ministério das Relações Exteriores do país para promover novos conceitos como segurança-mútua, relações *win-win* (modelo de soma positiva, em contraste com as de soma-zero). Também partiu de acadêmicos alguns outros conceitos importantes que foram adotados pelo Estados chinês, como é a ideia de “ascensão pacífica”, que logo foi substituída por “desenvolvimento pacífico” (Glaser, 2013, p. 101-102).

Até o início dos anos 1990, os acadêmicos das universidades chinesas quase não tinham voz e impacto no processo de formulação da política externa do país, uma vez que não existiam meios\canais confiáveis que eles pudessem submeter suas ideias. Na mesma proporção, eles eram raramente consultados pelos oficiais do governo chinês. Então, a pesquisa e a produção acadêmica acabavam ficando restritas ao público acadêmico. Essa situação começou a tomar novos rumos a partir dos anos finais da década de 1990 (Glaser, 2013).

Então, no novo cenário, há vários canais que possibilitam os acadêmicos das universidades e dos institutos participarem no processo de construção da PEC. Um deles é a participação em reuniões governamentais: junto com especialistas do governo, os acadêmicos são convidados a participarem de reuniões organizadas pelos ministérios do governo. Os participantes são escolhidos, principalmente, de acordo com sua expertise e não tem relação com a filiação institucional do acadêmico (Glaser, 2013). Mas conexões pessoais também são um fator importante. Laços familiares, histórico escolar comum, relações professor-aluno, origem geográfica comum são alguns dos elementos de relações pessoais que podem fornecer acessos e influência para os acadêmicos (Glaser, 2013). Mas a qualificação do pesquisador é um fator indispensável. É corriqueiro também que alguns departamentos do governo solicitem *papers* para os acadêmicos das universidades e *think tanks*. Da mesma forma, algumas vezes esses pesquisadores são envolvidos na elaboração de documentos importantes (Glaser, 2013).

Enquanto os acadêmicos chineses caminham para participar cada vez mais no processo de formulação de políticas, o governo chinês também está presente dentro das universidades. As reformas mais atuais no sistema universitário, que flexibilizam a contratação e remuneração dos professores, fizeram com que a dependência das universidades diminuísse em relação ao governo. Todavia, a presença do governo ainda se estabelece de forma afirmativa nas universidades com a presença de um secretário do PCCh que tem o poder de notificar e penalizar professores que se distanciem de forma considerável dos ideais do partido (Leite & Máximo, 2013).

Pelo fato da estreita relação entre os institutos e o PCCh, a adesão dos institutos para a análise de política externa também foi impactada, tornando-se ainda mais criteriosa. Algumas instituições como o Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Nacional de Defesa e o instituto de pesquisa de políticas da Escola Central do Partido, tiveram que ser afastados devido a sua ligação estudiosa estrangeiros (Abb, 2013).

Os acadêmicos, diferentemente dos analistas internacionais que fazem parte do governo, possuem um pensamento menos conservador, expressando opiniões mais livremente. E conforme afirma Glaser (2013), o aumento da contribuição de pesquisadores na PEC tem ajudado a reforçar a qualidade das suas análises dentro do sistema governamental:

The increase in communication and collaboration among institute and university experts has generally resulted in greater dissemination of knowledge and information, as well as an improvement in the quality of analysis produced for the government. Policy influence is difficult to assess and measure, but the decision-making system has become more consultative over time, with an increased role played by research institute specialists (Glaser, 2013, p. 124)⁷.

6. Considerações finais

A discussão sobre uma possível formulação de uma escola chinesa precisou passar primeiramente por uma análise histórica do surgimento do estudo das Relações Internacionais. Como mencionado, a China compreendeu o internacional propriamente após a sua relação com outros países, principalmente depois da abertura e da reforma nos

⁷ “O aumento da colaboração e comunicação entre os especialistas dos institutos e universidades resultou, de forma geral, em uma maior disseminação de conhecimento e informação, bem como em uma melhora na qualidade das análises produzidas para o governo. A influência política é difícil de avaliar e mensurar, mas o sistema de tomada de decisão se tornou mais consultivo ao longo do tempo, com um papel cada vez maior desempenhado por especialistas de institutos de pesquisa (GLASER, 2013, p. 124, tradução livre para o português)”.

anos 1970, juntamente com o período de estímulo ao processo de globalização. Tal cenário possibilitou a China a entender e estudar o cenário internacional de modo mais pragmático como forma de elaborar estratégias mais assertivas para o seu país.

Com a mudança paradigmática, a área das RI foi aos poucos ganhando espaço no país, sendo inserida em muitas universidades, com diferentes especialidades de estudo, conseguindo adquirir maior liberdade para suas produções em relação ao PCCh, ainda que haja muitas necessidades de ajustes nesta relação.

O *tianxia*, como exemplo de abordagem chinesa mais eminente, representa uma das filosofias chinesas mais antigas e fortes, capaz de contribuir para uma nova perspectiva teórica das RI, embora esta ainda não seja considerada suficiente para ser utilizada como teoria. Seu caráter utópico, no entanto, demonstra como a China tem uma noção de coletividade contrastante com as demais teorias clássicas das RI, não se limitando ao Estado-nação e à anarquia do sistema internacional, mas ao contrário, esta abordagem afirma com veemência sobre a necessidade de uma ordem universal superior que está acima de todos, sem diferenças ou particularidades entre nações.

Por outro lado, apesar do *tianxia*, os acadêmicos chineses de grande destaque não costumam utilizar tais conceitos em suas produções, revelando uma certa falta de prioridade ou organização para se conduzir a uma escola de pensamento chinesa propriamente. Dessa forma, muitos acadêmicos são até críticos em relação à necessidade de se formular uma escola chinesa, ou teoria própria, visto que o campo das RI ainda precisa ganhar espaço considerável no país.

Por fim, os incentivos para a área das RI na China são variados e, ao mesmo tempo em que a China cresce como potência no sistema global, a própria ideia de hegemonia não é benquista de acordo com as suas abordagens filosóficas, pois estas visam o comum acordo da coletividade, não só chinesa, mas mundial, sem sobressalência necessária de países. Ainda assim, a China precisa de expertise na área, e conta com um crescente número de acadêmicos importantes para as RI do mundo. Consequentemente, um maior desenvolvimento de pesquisas, com maior qualidade, irá melhorar as chances da China em ser protagonista não apenas como objeto de pesquisa, mas como país atuante e contribuinte para o fazer teórico da ciência das Relações Internacionais.

Referências

Abb, P. (2013). *China's foreign policy think tanks: changing roles and structural conditions*.

Acharya, A. (2008). *Theoretical perspectives on international relations in Asia*. *International relations of Asia*, 57-82.

Acharya, A. (2019). *From Heaven to Earth: 'Cultural Idealism' and 'Moral Realism' as Chinese Contributions to Global International Relations*. *The Chinese Journal of International Politics*, 12(4), 467-494.

Callahan, W. A. (2001). *China and the Globalisation of IR Theory: Discussion of 'Building International Relations Theory with Chinese Characteristics'*.

Chan, G. (1998). *International studies in China: an annotated bibliography*. Nova Publishers.

Demir, E. (2017). *Constructing a Chinese School of International Relations: Ongoing debates and sociological realities*.

Do, T. T. (2016). *The practices of knowledge claims: Reflections from the drive toward constructing 'East Asian International Relations Theory'*.

Geeraerts, G., & Jing, M. (2001). *International relations theory in China*. *Global Society*, 15(3), 251-276.

Glaser, B. S. (2012). *Chinese foreign policy research institutes and the practice of influence*. In *China's Foreign Policy* (pp. 87-124). Palgrave Macmillan, New York.

Glaser, B. S., & Saunders, P. C. (2002). *Chinese civilian foreign policy research institutes: evolving roles and increasing influence*. *China Quarterly*, 597-616.

Hellmann, G. (2011). *International relations as a Field of Study*. *International Encyclopedia of Political Science*, 1, 1296-1314.

Jian, C., & Kuisong, Y. (1945). *Chinese politics and the collapse of the Sino-Soviet alliance*. *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1963*, 246-94.

Leite, A. C. C., & Máximo, J. C. R. (2013). *Através dos olhos do dragão: um estudo sobre o campo das Relações Internacionais na China*. *Contexto Internacional*, 35(1), 231-259.

Lima, M. (2018). *A nova teoria das Relações Internacionais Chinesa e a ascensão do país: o conceito de Tianxia. A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

Lynch, M. (2002). *Why engage? China and the logic of communicative engagement*. *European Journal of International Relations*, 8(2), 187-230.

Lima, Albuquerque, Barbosa, Nascimento. *As Universidades Chinesas e as Relações Internacionais*

Pan, C., & Kavalski, E. (2018). *Theorizing China's rise in and beyond international relations. International Relations of the Asia-Pacific*, 18(3), 289-311.

Qin, Y. (2007). *Why is there no Chinese international relations theory?.* International Relations of the Asia-Pacific, 7(3), 313-340.

Qin, Y. (2011). *Development of International Relations theory in China: progress through debates.* International Relations of the Asia-Pacific, 11(2), 231-257.

Roman, M., & Dresch, V. H. (2017). *Rompimento da aliança sino-soviética: a influência dos respectivos líderes e da política doméstica chinesa.* Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional, 10(19).

Shambaugh, D. (2002). *China's international relations think tanks: evolving structure and process.* The China Quarterly, 171, 575-596.

Shambaugh, D. (2011). *International relations studies in China: history, trends, and prospects.* International Relations of the Asia-Pacific, 11(3), 339-372.

Wang, J. (2009). *International Relations Studies in China.* Journal of East Asian Studies, 69-87.

Wang, J., & Buzan, B. (2014). *The English and Chinese schools of international relations: Comparisons and lessons.* Chinese Journal of International Politics, 7(1), 1-46.

Westad, Odd Arne. Introduction. In: Westad, Odd Arne (1998). *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963.* Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1-47.

Xinning, S. (1997). *International Relations Theory-Building in China.* Political Science, 49(1), 40-61.

Yang, R. (2004). *Toward massification: Higher education development in the People's Republic of China since 1949.* In Higher education: Handbook of theory and research (pp. 311-374). Springer, Dordrecht.

Zhang, F. (2010). *The tianxia system: World order in a Chinese utopia.* Global Asia, 4(4), 108-112.

Zhang, F. (2012). *The Tsinghua approach and the inception of Chinese theories of international relations.* Chinese Journal of International Politics, 5(1), 73-102.

Zhao, Quansheng In: Rozman, G. (Ed.). (2013). *China's Foreign Policy: Who Makes It, and How Is It Made?.* Springer.

Zhao, Tingyang (2005): *'The Tianxia System: An Introduction to the Philosophy of a World Institution.* Tianxia tixi: Shijie zhidu zhexue daolun', Social Identities 15(1): pp. 1-27.

Lima, Albuquerque, Barbosa, Nascimento. *As Universidades Chinesas e as Relações Internacionais*